



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 20240154
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 9.2024-005-PMVX
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20240129

INSTRUMENTO CONTRATUAL para:
aquisição de lubrificantes diversos, que entre si
celebram o MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO
XINGU e a empresa **CARAJAS SEGUROS E**
SERVIÇOS DE LOCAÇÕES LTDA.

PARTES

CONTRATANTE

O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU), inscrito no CNPJ sob o nº 34.887.935/0001-53, sediada na Av. Manoel Félix de Farias nº 174, Bairro Centro, na cidade de Vitória do Xingu, estado do Pará, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Sr. MÁRCIO VIANA ROCHA – Prefeito Municipal.

CONTRATADA

A empresa CARAJAS SEGUROS E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES LTDA, CNPJ 38.026.032/0001-39, com sede na QUADRA VINTE E UM, S/N, FOLHA 17 LOTE 38 A, NOVA MARABA, Marabá-PA, CEP 68505-490, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. DANIEL MARINHO LIMA, portador do CPF 011.972.752-82.

DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS E NORMAS DE EXECUÇÃO

1.1 - O presente instrumento contratual decorre da Licitação Pregão para Registro de Preços nº 9.2024-005-PMVX, na Forma Eletrônica, processo administrativo nº 001/2024, homologada em 20 de março de 2024, do tipo Menor Preço por Item, de acordo com a observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

1.2 - Os Casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei supramencionada e segundos os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público;

1.3 - Este Contrato é lavrado com vinculação ao Edital, Pregão Eletrônico SRP nº 9.2024-005-PMVX na forma eletrônica, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços nº. 20240129.

1.4 - Das normas de execução, a contratada obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição.



Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Suprimentos e Serviços
(Setor de Licitações e Contratos)



CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 - O objeto do presente instrumento é a Contratação para aquisição de filtros lubrificantes. Atendendo as Secretarias da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu/Pa.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
104963	ÓLEO SAE 90 - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	450,00	370,000	166.500,00
104964	ÓLEO GRAXA ROLAMENTO - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	230,00	547,000	125.810,00
104965	ÓLEO 5W30 SINTÉTICO FLEX, DIESEL - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	400,00	29,400	11.760,00
104966	ADITIVO P/ RADIADOR - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	580,00	13,200	7.656,00
104967	ÓLEO 20W50 MOTO 4 TEMPOS - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	560,00	17,000	9.520,00
104968	ÓLEO 2 TEMPOS NÁUTICA GASOLINA - FRASCO DE 500ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	800,00	24,500	19.600,00
104969	ÓLEO 2 TEMPOS MINERAL GASOLINA - FRASCO DE 500ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	530,00	12,000	6.360,00
104970	ÓLEO ATF P/ DIREÇÃO HIDRAULICA - FRASCO DE 500ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	30,00	10,400	312,00
104973	DESENGRIPANTE COMPLETO - FRASCO DE 300ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	300,00	15,000	4.500,00
104974	DESCARBONIZADOR DE CARBURADOR - FRASCO DE 300ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	270,00	28,000	7.560,00
104975	FILTRO PSL 55 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	74,00	17,000	1.258,00
104976	FILTRO ARL 4139 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	80,000	4.000,00
104980	ÓLEO 15W40 SEMISSINTÉTICO SL FLEX - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	592,00	20,000	11.840,00
104981	ÓLEO 5W40 SINTÉTICO FLEX, DIESEL - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	664,00	23,500	15.604,00
104982	ÓLEO FLUÍDO P/ FREIOS DOT - 4 - FRASCO DE 500ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	620,00	18,000	11.160,00
104983	FLUÍDO P/ FREIOS DOT - 4 - FRASCO DE 200ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	20,00	12,100	242,00
104984	FILTRO GI04/7 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	10,00	24,000	240,00
104985	FILTRO ARL 4141 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	30,00	98,000	2.940,00
104986	FILTRO PSL 158 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	82,000	6.560,00
104987	FILTRO PC949 - Marca.: DULUB	UNIDADE	80,00	50,000	4.000,00
104989	ÓLEO 10W40 - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	300,00	480,000	144.000,00
104990	ADITIVO ARLA - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	80,00	122,000	9.760,00
104992	ÓLEO ATF - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	210,00	390,000	81.900,00
104993	ÓLEO SL 20W50 - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	450,00	20,000	9.000,00
104994	ÓLEO ÁGUA DESMINERALIZADA P/ RADIADOR - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	820,00	9,000	7.380,00
104995	ÓLEO 10W30 MOTO 4T SEMISINTÉTICO - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	550,00	24,000	13.200,00
104996	ÓLEO FLUÍDO P/ FREIOS DOT 3 - FRASCO DE 500ML - Marca.: DULUB	UNIDADE	500,00	16,000	8.000,00
104997	ÓLEO SW30 SINTETICO FLEX DIESEL: FRASCO DE 1 LITRO - Marca.: DULUB	UNIDADE	100,00	49,500	4.950,00
104998	ÓLEO FLUÍDO P/ FREIOS DOT - 4 - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	10,00	50,500	505,00
104999	ÓLEO ATF P/ DIREÇÃO HIDRAULICA - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	15,00	29,500	442,50
105000	FILTRO PSL 127 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	54,00	19,700	1.063,80
105001	FILTRO ARL 889 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	54,00	43,000	2.322,00
105002	FILTRO PC 953 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	54,00	62,000	3.348,00
105003	FILTRO ARL 4152 - Marca.: DULUB	UNIDADE	4,00	33,500	134,00
105104	ÓLEO SAE 50 - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	300,00	350,000	105.000,00
105105	ÓLEO SAE 40 - BALDE DE 20 L - Marca.: DULUB	UNIDADE	110,00	290,000	31.900,00
105107	ÓLEO SAE 140 - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	400,00	380,000	152.000,00
105108	ÓLEO 80W - BALDE DE 20L - Marca.: DULUB	UNIDADE	300,00	398,000	119.400,00
105109	FILTRO PSL 560 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	20,000	1.000,00
105110	FILTRO PSL 327 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	60,800	4.864,00
105111	FILTRO PSC 990 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	62,400	3.120,00
105112	FILTRO ARL 887 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	82,000	4.100,00
105113	FILTRO ARL 6096 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	60,00	18,000	1.080,00
105114	FILTRO ARL 2206 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	82,000	4.100,00
105115	FILTRO PC952 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	80,000	4.000,00
105116	FILTRO WR200/4 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	59,000	2.950,00
105117	ÓLEO SAE 40 - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	10,00	28,000	280,00
105118	ÓLEO 15W40 C14 - FRASCO DE 1L - Marca.: DULUB	UNIDADE	30,00	30,200	906,00
105128	FILTRO PSL339 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	90,00	75,000	6.750,00
105129	FILTRO PSD530 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	10,00	61,000	610,00
105130	FILTRO FCD2213 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	90,00	63,000	5.670,00
105131	FILTRO ARS9840 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	255,000	12.750,00
105132	FILTRO ARS9839 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	85,00	125,000	10.625,00
105133	FILTRO ARS2868 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	10,00	51,300	513,00
105134	FILTRO PSC410 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	90,00	55,000	4.950,00
105135	FILTRO PSD410/1 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	70,00	541,000	37.870,00
105136	FILTRO PEL2003 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	105,00	29,600	3.108,00
105137	FILTRO PEC3022 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	85,00	75,000	6.375,00
105138	FILTRO PSH367 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	55,00	300,000	16.500,00
105139	FILTRO WOE473 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	85,00	63,000	5.355,00
105140	FILTRO PSC353 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	105,00	101,000	10.605,00
105141	FILTRO ARS3003 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	55,00	116,000	6.380,00
105196	FILTRO WK 1145 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	30,00	175,000	5.250,00
105197	FILTRO WK842 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	67,000	6.700,00
105198	FILTRO PC2/225 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	30,00	30,000	900,00
105199	FILTRO WK1060/1 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	117,000	9.360,00
105200	FILTRO WK1060 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	30,00	130,000	3.900,00
105201	FILTRO WK1040 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	200,00	91,000	18.200,00
105202	FILTRO PSD970/1 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	91,000	7.280,00
105203	FILTRO PSL417 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	77,000	6.160,00
105204	FILTRO FCD2099 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	30,00	105,000	3.150,00
105205	FILTRO PSL280 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	20,00	63,000	1.260,00
105206	FILTRO PSC744 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	70,00	54,000	3.780,00
105207	FILTRO PSA331 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	70,00	70,000	4.900,00
105208	FILTRO CFI651 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	40,00	194,800	7.792,00
105209	FILTRO ARS902 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	60,00	140,000	8.400,00



Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Suprimentos e Serviços
(Setor de Licitações e Contratos)



105210	FILTRO ARS547 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	60,00	180,000	10.800,00
105211	FILTRO PSC762 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	117,500	11.750,00
105212	FILTRO PSD644 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	227,000	22.700,00
105213	FILTRO PSD515 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	95,100	7.608,00
105214	FILTRO AP4440 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	185,000	14.800,00
105215	FILTRO P553000 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	140,00	173,000	24.220,00
105216	FILTRO WD962/19 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	320,000	25.600,00
105217	FILTRO WK10002 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	195,000	15.600,00
105218	FILTRO P551910 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	250,000	20.000,00
105219	FILTRO ARS3902 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	400,000	40.000,00
105220	FILTRO PEL2002 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	65,000	5.200,00
105221	FILTRO ACP969/1 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	40,00	160,000	6.400,00
105222	FILTRO PSD496 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	62,000	4.960,00
105223	FILTRO PSH025 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	300,000	30.000,00
105224	FILTRO C37480 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	515,000	25.750,00
105225	FILTRO PH64 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	142,000	14.200,00
105226	FILTRO PEC7177 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	70,00	158,000	11.060,00
105227	FILTRO PSH111 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	200,000	10.000,00
105228	FILTRO PSC745 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	105,000	10.500,00
105229	FILTRO PSC706 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	260,000	13.000,00
105230	FILTRO P165705 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	325,000	26.000,00
105231	FILTRO PSD470 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	130,000	6.500,00
105232	FILTRO PSL496 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	64,000	5.120,00
105233	FILTRO ARS806 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	60,00	61,000	3.660,00
105234	FILTRO FC161 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	23,000	2.300,00
105235	FILTRO AS223 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	99,000	4.950,00
105236	FILTRO AS810 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	60,400	4.832,00
105237	FILTRO WK962/13 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	116,000	11.600,00
105238	FILTRO PSL714 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	50,00	45,000	2.250,00
105239	FILTRO AP2710 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	95,000	9.500,00
105240	FILTRO PSL900 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	38,000	3.800,00
105241	FILTRO PSD530/1 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	57,000	4.560,00
105242	FILTRO AP834 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	100,00	105,000	10.500,00
105243	FILTRO P573481 - Marca.: TECFIL	UNIDADE	80,00	420,000	33.600,00
105244	FILTRO P551348 - Marca.: DULUB	UNIDADE	80,00	76,000	6.080,00

VALOR GLOBAL R\$ 1.812.620,30

2.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.2.1 - O Termo de Referência;
- 2.2.2 - O Edital da Licitação;
- 2.2.3 - A Proposta do contratado;
- 2.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência da contratação é de 11 de abril de 2024 e encerrando em 31 de dezembro de 2024, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.1.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.2 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4 - CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



5 - CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1 - O valor total da contratação é R\$ 1.812.620,30 (um milhão, oitocentos e doze mil, seiscentos e vinte reais e trinta centavos).

6.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 - CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1 - Não há previsão de reajuste associado a esta contratação.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 - São obrigações da Contratante:

9.1.1 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições desta contratação de aquisição.

9.1.2 - Rejeitar, a entrega do produto que estiver em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor.

9.1.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.4 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.5 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.6 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



9.1.7 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.8 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a:

10.1.1- Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;

10.1.2 – Entregar os produtos na sede do município de Vitória do Xingu, tudo em conformidade com o item 17 e seus subitens deste edital;

10.1.3 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas obrigações é atender prontamente;

10.1.4 - A Contratada obriga-se a disponibilizar todo o corpo Técnico especializado, Equipamentos, Alimentação, Transporte e todas as despesas que por ventura forem necessárias para a execução e/ou fornecimento do objeto desta licitação, sem qualquer ônus adicional à Contratante.

10.1.5 - A Contratada será responsável por eventuais prejuízos causados a pessoas ou bens públicos ou particulares, respondendo civil e criminalmente pelos danos causados a terceiros.

10.1.6 - A Contratada obriga-se a manter durante a execução do contrato as mesmas condições de habilitação apresentada por ocasião homologação do resultado final da licitação, comprovando tal situação sempre que for solicitado pela Contratante.

10.1.7 - A Contratada obriga-se a indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.

10.1.8 - A Contratada obriga-se a manter em dia todas as suas obrigações com terceiros, em especial as sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e comerciais, bem como assumir inteira responsabilidade pelo cumprimento destas obrigações.

10.1.9 - A Contratada obriga-se cumprir com os dispostos no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos).

10.1.10 - A Contratada obriga-se a sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela Contratante durante a vigência da ata de registro de preços e contrato.



10.1.11 - Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a execução e/ou fornecimento;

10.1.12 - A Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal juntamente com as autorizações de retiradas e os cupons para fins de recebimento dos respectivos valores.

10.1.13 - A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.1.13.1 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

10.1.14 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.15 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.16 - Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

10.1.17 - Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município de Vitória do Xingu/PA;

10.1.18 - Acatar todas as orientações do Município de Vitória do Xingu, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

10.1.19 – As despesas inerentes a Impostos, Tributos, Frete, Contratação de Pessoal, entre outros, correrão totalmente por conta da Empresa vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pelo Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 0,5% sobre o valor total do contrato.
2	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 10% do valor total



Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Suprimentos e Serviços
(Setor de Licitações e Contratos)



	validade de sua proposta.	do contrato.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 2,5% sobre o valor total do contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do contrato. A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos nos prazos máximos especificados na tabela "Prazos para os níveis de severidade", subitem 6.1.3 do Termo de Referência.	Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela CONTRATANTE, até o limite de 3 (três) dias úteis.
		Após o limite de 3 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do Contrato.
7	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
8	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
9	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade do ambiente computacional da CONTRATADA.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da CONTRATANTE.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2% do valor total do contrato.

12.2 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o contratado que:

- a) - der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) - der causa à inexecução total do contrato;
- d) - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

12.3 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência:

- 1 - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 2 - no caso de atraso injustificado, superior a 5 (cinco) dias, na entrega dos bens, limitada à incidência de 15 (quinze) dias de atraso. No caso de atraso superior a este período será aplicada a multa moratória prevista no item "1" da alínea "IV" deste subitem do Contrato, por todo o período de atraso;
- 3 - no caso de atraso injustificado de até 5 (cinco) dias úteis no início ou finalização dos serviços. No caso de atraso superior a este período será aplicada a multa moratória prevista no item 2 da alínea "IV" deste subitem do Contrato, por todo o período de atraso;

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Multa:

- 1 - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a cada 5 (cinco) dias de atraso injustificados sobre o valor total do contrato, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos bens, limitada a incidência de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato;
 - a) - O valor máximo da multa será equivalente a 30 (trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar da alínea "ii" deste subitem do Contrato, podendo, a critério da administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.



2 - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, sobre o valor do contrato, em caso de atraso injustificado no início ou na finalização da execução do serviço, superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. A multa está limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

a) - Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início ou na finalização da execução do serviço, poderá ocorrer a não-aceitação dos bens e serviços, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

3 - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato para cada 5 dias de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

4 - Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

5 - Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, em caso de inexecução parcial do contrato, tais como:

a) - Descumprimento do prazo de início ou de finalização da execução dos serviços ou de entrega de bens, previstos na seção 6 "MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO" do Termo de Referência;

b) - Descumprimento dos prazos máximos de atendimento, previstos no subitem 8.5.14 do Termo de Referência, de 4 (quatro) ou mais chamados em um período de 12 (doze) meses.

6 - Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7 - Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

8 - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.4 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.5 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.5.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.5.2 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse



valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.5.3 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021):

- a) - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) - as peculiaridades do caso concreto;
- c) - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) - os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.10 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.11 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.12 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora



contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1 - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3 - Indenizações e multas.

13.4 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

13.5 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



14.1 - As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício e correrão por conta dos recursos oriundos do Tesouro Municipal (recursos próprios) e Programas, conforme dotação orçamentária a seguir:

Exercício 2024 Atividade 1004.041220005.2.005 Manutenção da Secretaria de Administração, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Exercício 2024 Atividade 1007.151220052.2.017 Manutenção da Secretaria de Obras, Viação e Infraestrutura, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Exercício 2024 Atividade 1005.041230005.2.009 Manutenção da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Exercício 2024 Atividade 1006.206050003.2.014 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pesca, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Exercício 2024 Atividade 1008.278110471.2.029 Manutenção da Secretaria de Esporte e Cultura, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo.

14.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 - A fiscalização do contrato ficará a cargo de **THOMAZ HENRIQUE CAVALCANTE LOPES e GEOVANA CASTRO DE SOUZA**, de acordo com Portaria nº 0055/2024-SEMAD

1.1.SECRETARIA DE OBRAS:

A fiscalização do contrato ficará a cargo de **GABRIEL DAS NEVES SILVA e DÉBORA DE SOUZA REIS**, de acordo com Portaria nº 00341/2024 – SEMAD.

1.2.SECRETARIA DE AGRICULTURA

A fiscalização do contrato ficará a cargo de **HUDSON ANDRÉ CABRAL SICÚ e ANARA MARIA PIRES DOS SANTOS**, de acordo com Portaria nº 0064/2024 - SEMAD

1.3.SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA

A fiscalização do contrato ficará a cargo de **DOUGLAS DE ALMEIDA LIMA e MAURO SERGIO CAMPOS OLIVEIRA**, de acordo com Portaria nº 0352/2024 - SEMAD

15.1.1 – Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- I - Fiscalizar e atestar o fornecimento e/ou execução, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;
- II - Comunicar eventuais falhas no fornecimento e/ou execução, cabendo à **CONTRATADA** adotar as providências necessárias;
- III - Garantir à **CONTRATADA** toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento e/ou execução;
- IV - Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo;



15.1.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do município de Vitória do Xingu – PA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

VITÓRIA DO XINGU - PA, 11 de Abril de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ(MF) 34.887.935/0001-53
CONTRATANTE

CARAJAS SEGUROS E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES LTDA
CNPJ 38.026.032/0001-39
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1 - _____ CPF: _____

2 - _____ CPF: _____